

06.01.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Centro de Informação de Biotecnologia (CIB)

Delegação constituída por: Pedro Fevereiro (Presidente do CIB), Rita Caré (Coordenadora do Gabinete de Comunicação do CIB) e Maria Gabriela Cruz (agricultora e gestora de uma exploração agrícola em Elvas)

Recebidos por: Deputados Elsa Pais (PS), Maria Augusta Santos (PS), Maria Manuela Tender (PSD) e Luís Monteiro (BE)

Assunto: Uso de culturas e alimentos Geneticamente Modificados (GM) e suas consequências para Portugal e para a União Europeia (UE)

A Deputada Elsa Pais (PS), que presidiu à reunião, cumprimentou os elementos da delegação, indicou-lhes a grelha de tempos, identificou os Deputados presentes e de seguida deu a palavra ao Professor Pedro Fevereiro para fazer uma intervenção inicial.

O Presidente do CIB começou por salientar que a audiência tinha por objetivo expor o contexto atual do uso de culturas e alimentos geneticamente modificados e avaliar as suas consequências nefastas para Portugal e a União Europeia ao nível dos consumidores, dos agricultores, do ambiente, da economia, etc.. Pese embora existam diretivas claras e processos relativamente complexos mas objetivos para a aprovação desta tecnologia, disse que a Europa tem protelado essas tomadas de decisão, tendo, no caso do cultivo de variedades transgénicas, concedido aos Estados membros o direito de individualmente aprovar ou reprovar a utilização destas variedades para cultivo nos seus territórios com base em argumentos não científicos.

Adiantou também que esta situação, associada às iniciativas legislativas que estão neste momento em apreciação na Assembleia da República, propondo a proibição quer do cultivo das variedades transgénicas aprovadas na Europa quer a própria importação de produtos vegetais geneticamente modificados, em particular sementes, levou o CIB a pedir audiências a diversas comissões parlamentares porque objetivamente discorda dos dois projetos de lei apresentados — n.ºs 17 e 69/XIII (1.ª) — e da posição assumida a nível europeu.

Referiu que, do ponto de vista científico, a biotecnologia e a engenharia genética são tecnologias de base científica, ou seja, os produtos são obtidos porque existe um reconhecimento científico seguro e utilizável, o que exige um desenvolvimento prévio dos conhecimentos que são verificados experimentalmente e repetidamente comprovados. Esses conhecimentos têm sido utilizados para aumentar, garantir e disponibilizar os níveis da qualidade da saúde humana e animal, mas também o da alimentação. A este propósito, sublinhou que a engenharia genética permite obter vários produtos para a saúde, como, por exemplo, a insulina, mas também para as indústrias alimentares, para a agricultura e até para a cosmética. A qualidade de todos estes produtos é de longe a mais escrutinada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Manifestou a sua preocupação relativamente à forma como estas matérias estão a ser abordadas no ensino português: no ensino superior assiste-se por vezes à transmissão de informações com base na perceção e na crença em determinados modelos de produção e não na transmissão de conhecimentos e dados científicos concretos e observáveis e no ensino básico e secundário existe uma agenda genericamente ambientalista cuja essência não é negativa mas que é muitas vezes transmitida sem suporte científico e coerente.

Frisou que alguns manuais escolares apresentam uma informação claramente desequilibrada, declarando a maleficência desta tecnologia, denotando muitos textos formativos um desconhecimento sobre estas questões, o que põe em causa o método científico, a idoneidade dos investigadores e das próprias instituições, minando a confiança no conhecimento obtido pela ciência, o desenvolvimento da cultura científica e, na prática, toda a base tecnológica da cultura ocidental.

Para terminar, acrescentou que urge garantir que as tecnologias associadas à saúde, alimentação e agricultura são observadas com o mesmo rigor científico e a mesma precisão e que se o público em geral não tem capacidade para fazer uma avaliação e escrutínio destas tecnologias, os decisores políticos têm de ser capazes de observar de uma forma mais equilibrada estas tecnologias.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) disse ser necessário haver não só uma abordagem política, mas também uma capacidade e uma leitura científicas.

Referiu igualmente que o Grupo Parlamentar do BE tem vindo a fazer um caminho político em relação a todas estas matérias, não só no que respeita à questão científica em si mas também em tudo o que tem a ver com a educação, e que para a generalidade da opinião pública é importante haver uma educação ambiental e uma educação para a cidadania, estando o Grupo Parlamentar do BE aberto a rever a forma como são pensados e discutidos os programas ambientais e a forma como esse conhecimento é transmitido nas escolas.

Perguntou igualmente quais os mecanismos é que se poderiam adotar para, em conjunto, melhorar a transmissão da informação científica e disse ser estritamente necessário que as escolas encontrem uma nova forma de trabalhar, de estar sempre abertas a novos contributos e com uma capacidade de interagir com outras forças vivas da sociedade, com outras associações, centros de investigação, faculdades, etc.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) saudou o Centro de Informação de Biotecnologia pelo alerta que deixou relativamente à interpretação de determinadas questões pelas escolas e pela própria população, que tem uma opinião enraizada muito negativa sobre os organismos geneticamente modificados. Nesse sentido, sublinhou que há todo um trabalho de base a ser feito para contrariar esta realidade e para criar uma dinâmica diferente.

Terminou a sua intervenção perguntando o que está previsto fazer ao nível do ensino secundário para que possa haver uma informação mais científica e rigorosa sobre todas as questões relativas à matéria da modificação genética.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

A Senhora Deputada Maria Manuela Tender (PSD) referiu que por vezes há alguma falta de rigor quer nos meios de comunicação social quer nos próprios materiais pedagógicos, que colocam em causa a imagem da ciência e dos próprios investigadores e dos resultados obtidos e daí ser importante ser feito um esforço para que os resultados das investigações científicas possam ser escrutinados e para que a ciência mantenha a sua credibilidade e mereça a confiança dos cidadãos. Adiantou que os manuais escolares contém de facto imprecisões e erros técnicos, o que deve merecer toda a atenção quer por parte do Ministério da Educação quer por parte das entidades que tem a incumbência da sua elaboração.

Disse também haver uma melhor aceitação das tecnologias aplicadas à saúde do que quanto às que são utilizadas na agricultura, relativamente às quais há uma resistência muito grande por parte dos consumidores, apesar de a segurança de todas estas tecnologias ser avaliada com o mesmo grau de rigor e de exigência.

Realçou igualmente que a proibição de organismos geneticamente modificados na União Europeia não significa que os cidadãos europeus vão deixar de ter contacto com estes alimentos oriundos de outros mercados e daí questionar o CIB sobre a possibilidade de a competitividade a economia da União Europeia poder ser prejudicada por esta proibição.

Por fim, a Senhora Deputada Elsa Pais (PS) abordou a necessidade de derrubar os preconceitos existentes em matéria de transgénicos e alargar o conhecimento acerca de todas estas questões. E, nesse sentido, perguntou o que se pode fazer para que a decisão política se baseie no conhecimento e não no preconceito e qual o contributo que pode ser dado pela comunidade científica.

O Senhor Professor Pedro Fevereiro respondeu no final a todas as questões colocadas, tendo começado por fazer votos que os políticos tenham disponibilidade para ouvir os investigadores para que possam ter, dessa forma, uma visão mais suportada cientificamente.

Reiterou também muitas das questões abordadas na sua intervenção inicial, tendo Maria Gabriela Cruz completado a resposta do Professor Pedro Fevereiro.

Foi entregue alguma documentação aos Senhores Deputados, que, conjuntamente com a gravação da audiência, se encontra disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 6 de janeiro de 2016

A assessora,

Maria Mesquitela